



COMPANHIA DE JESUS - JESUÍTAS

CNPJ 33.544.362/0001-00
Declarada de Utilidade Pública pelo
Decreto Federal nº 895 de 12/04/1962,
D.O.U. de 13/04/1962

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

ATIVO	2012	2011
CIRCULANTE		
Caixa e equivalente caixa (nota 5)	5.659.827	2.822.571
Contas a receber (nota 6)	280.458	1.587.433
Adiantamento futuro aumento capital (nota 7)	1.000.000	1.200.000
Outros débitos	276.179	20.914
Despesas antecipadas	7.462	4.394
Total do circulante	7.223.927	5.635.313
NÃO CIRCULANTE		
Investimentos (nota 9)	1.865.998	489.450
Imobilizado (nota 10)	30.359.598	31.506.801
Intangível (nota 10)	3.489	3.489
Total do não circulante	32.229.085	31.999.739
TOTAL DO ATIVO	39.453.012	37.635.052
PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE		
Fornecedores	4.682	7.204
Contas a pagar (nota 11)	516.893	7.680
Obrigações tributárias e trabalhistas	15.803	6.548
Outras obrigações (nota 11)	33.519	31.474
Total do circulante	570.897	52.906
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Provisão para contingências (nota 12)	4.113.554	4.038.988
Tributos em execução judicial (nota 8)	310.346	310.346
(-) Depósitos judiciais (nota 8)	(310.346)	(310.346)
4.113.554	4.038.988	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio social	15.762.650	17.609.522
Ajuste de avaliação patrimonial	17.575.174	18.535.728
Superávit (Déficit) dos exercícios	1.430.737	(2.602.091)
Total do patrimônio líquido	34.768.562	33.543.159
TOTAL DO PASSIVO	39.453.012	37.635.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receitas de aluguéis (nota 14)	3.393.393	3.084.993
Doações de pessoas físicas/jurídicas (nota 15)	3.092.837	1.383.576
Outras receitas	224.388	-
(-) Custo das locações (nota 16)	(936.362)	(952.804)
SUPERÁVIT BRUTO	5.774.256	3.515.765
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas comerciais	(20.682)	(28.720)
Administrativas e gerais (nota 17)	(1.593.567)	(771.578)
Assistência social - própria/terceiros (nota 21)	(3.131.459)	(453.281)
Receitas/despesas financeiras (nota 18)	300.206	139.627
Resultado de equivalência patrimonial	176.549	(964.916)
Provisões contingências (nota 12)	(74.566)	(4.038.988)
	(4.343.519)	(6.117.856)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DOS EXERCÍCIOS	1.430.737	(2.602.091)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit/déficit dos exercícios	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	16.073.776	19.298.281	773.192	36.145.249
Incorporação ao patrimônio social	773.192	-	(773.192)	-
Realização do ajuste avaliação patrimonial	762.553	(762.553)	-	-
Déficit do exercício	-	-	(2.602.091)	(2.602.091)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	17.609.522	18.535.728	(2.602.091)	33.543.158
Incorporação ao patrimônio social	(2.602.091)	-	2.602.091	-
Realização do ajuste avaliação patrimonial	755.220	(960.553)	-	(205.333)
Superávit do exercício	-	-	1.430.737	1.430.737
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	15.762.651	17.575.174	1.430.737	34.768.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em reais)

1. **Contexto Operacional:** A COMPANHIA DE JESUS - JESUÍTAS, entidade sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública Federal conforme publicação no Diário Oficial da União em 13 de abril de 1962 e de Utilidade Pública Estadual - Rio de Janeiro, constituída inicialmente sob a denominação de **ALCISIANUM**, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, no dia 26 de setembro de 1940, com sua personalidade jurídica averbada em 06 de outubro de 1959, cujos atos constitutivos encontram-se registrados no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo promover e desenvolver as atividades de natureza vocacional e apostólica da "Companhia de Jesus", pautadas na valorização da educação moral e religiosa de acordo com os valores evangélicos e postulados da Religião Católica, Apostólica Romana.

2. **Apresentação Das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2012, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 que revogou a Resolução CFC nº 877/2000 - NBCT - 10.19, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabeleceu critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

3. **Formalidades Da Escrituração Contábil Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil

4. **Principais Práticas Contábeis Adotadas:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber: a. **Caixa e equivalente caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC - TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor; b. **Demais ativos circulantes e não circulantes:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço; c. **Ajuste a valor presente:** Em cumprimento a Resolução 1.151/09 e a Lei nº 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, onde descreveremos a seguir as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma (NBC TG 19.7): • Todas as transações que dão origem a ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela NBC TG 19.30, que trata de receitas; • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. d. **Investimentos:** Representados por investimentos em empresas controladas e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (despesa) operacional. e. **Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 - NBC - TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando ocorrido. f. **Demais passivos circulantes e não circulante:** Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. g. **Auração do resultado:** As receitas e despesas de qualquer natureza são registradas com base no princípio da competência, o qual leva em conta o fato gerador do evento. h. **Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes: **Atividades operacionais:** são as principais atividades geradoras de receita da Entidade e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento. **Atividades de investimentos:** são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos em atividades operacionais e de financiamento. **Atividades de financiamentos:** são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio decorrentes de empréstimos, mas que são inexistentes nesta Entidade. Para elaboração da demonstração do fluxo de caixa a Entidade adotou o método indireto. i. **Demonstração do valor adicionado:** Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Entidade e sua distribuição, durante determinado período.

	2012	2011
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e banco	161.899	141.072
Aplicações financeiras		
Aplicações de liquidez imediata	1.690.273	407.608
Aplicações financeiras de renda fixa	3.774.136	2.242.416
Aplicações em caderneta de poupança	33.519	31.475
	5.497.928	2.681.499
	5.659.827	2.822.571

As aplicações financeiras são compostas por aplicações de curto prazo em CDB (Certificado de Depósito Bancário), RDB (Recibo de Depósito Bancário), Renda Fixa, Fundos de Investimentos e Caderneta de Poupança. Estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos apropriados até a data do balanço patrimonial, com base no regime de competência.

CARLOS FRITZEN - Diretor Presidente - CPF nº 296.675.691-87

	2012	2011
6. Contas a Receber		
Contas a receber - diversos	-	1.310.774
Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social	9.044	8.146
Outros valores a receber	9.044	1.318.919
	271.414	268.513
	280.458	1.587.433

7. **Adiantamento para Futuro Aumento de Capital:** Refere-se basicamente ao saldo de adiantamentos para futuro aumento de capital à Pedagogia Interativa Brasil Tecnologia Educacional S.A., no montante de R\$ 1.000.000,00. Em 2012 a empresa Pedagogia Interativa Brasil Tecnologia Educacional S.A. capitalizou adiantamentos para futuro aumento de capital realizados pela acionista Companhia de Jesus Jesuítas no período de 20/06/2010 a 01/04/2011, no valor total de R\$ 1.200.000,00, conforme Ata de Assembleia Geral realizada em 27 de fevereiro de 2012, registrada na Junta Comercial de São Paulo em 29/03/2012.

8. **Depósitos Judiciais:** Os depósitos judiciais, atualizados monetariamente em 2012, no valor de R\$ 310.346, objeto de execução fiscal de débitos de IPTU, serão convertidos em renda em favor do Município do Rio de Janeiro, devendo esse valor ser suficientes para quitar a dívida na sua integridade.

	2012	2011	2010	2009
9. Investimentos - Equivalência Patrimonial:				
• Pedagogia Interativa Brasil Tecnologia Educacional S.A. - CNPJ nº 11.063.976/0001-20				
Investimentos - Ajuste Método da Equivalência Patrimonial				
Quantidade de quotas possuídas	1.845.000	-	-	-
Participação no capital social	99,9999%	-	-	-
Patrimônio Líquido	1.865.997	-	-	-
Em 31 de dezembro	489.448	224.364	575.318	-
Aquisição de investimentos	-	1.205.412	-	615.000
Realização Adiantamento p/Aumento de Capital - AFAC	1.200.000	-	-	-
Equivalência Patrimonial	176.549	(940.328)	(350.954)	(39.682)
Patrimônio Líquido P.I. Brasil	1.865.997	489.448	224.364	575.318
Outros Investimentos	1	1	1	1
Saldo Investimentos Companhia de Jesus Jesuítas	1.865.998	489.449	224.365	575.319

	2012	2011			
10. Imobilizado					
Descrição	Aquisições e Baixas	Transfere- rência	Depre- ciação	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Terenos	18.330.000 (110.000)	-	-	18.220.000	18.330.000
Edificações	14.848.826 (110.000)	-	(2.718.201)	12.020.625	13.026.426
Móveis e utensílios	150.375 5.400	-	(36.802)	118.973	150.375
Imobilizado	33.329.201 (214.600)	0	(2.755.003)	30.359.598	31.506.801
Intangível	3.489	-	-	3.489	3.489

Em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo Imobilizado) e Interpretação Técnica ICPC 10, a Entidade adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado, para as classes de terrenos e edificações. Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação elaborado pela BIRJ - Bolsa de Imóveis do Rio de Janeiro, com base nas especificações e critérios estabelecidos pelas Normas de avaliação NBR 14653-1:2001 e NBR 14653-2:2004 da ABNT. A adoção dessa avaliação em 31 de dezembro de 2010 resultou em um ajuste de R\$ 20.060.834 no ativo imobilizado da Entidade. A contrapartida desses valores foi registrada no patrimônio líquido da Entidade, no grupo de "ajustes de avaliação patrimonial". Método de Depreciação: A Entidade efetuou a revisão da taxa de depreciação de seu ativo imobilizado e alterou a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos no grupo de "edificações" em 2010. A avaliação da vida útil foi efetuada com base no laudo de avaliação preparado pela BIRJ - Bolsa de Imóveis do Rio de Janeiro. Testes realizados no exercício de 2011 e 2012 revelaram ter a necessidade de nova revisão. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*): Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº 11.638/07, CPC 01, Deliberação da CVM nº 527, NBC TG 19.10, aprovada pela Resolução 1.292/10. Quando tais evidências são identificadas (o que não foi o caso em 2010), e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Administração para efetuar esse teste avaliou se existia alguma necessidade de desvalorização dos ativos utilizados como indicações a análise das principais fontes externas e internas que possam interferir na recuperabilidade dos ativos operacionais da Entidade, e assim desenvolvendo uma análise da evolução dos principais indicadores de geração de Receita, Caixa, Crescimento e Retorno de Investimentos dos últimos três (2009, 2010 e 2011) exercícios sociais, mais o exercício em curso (2012) e projeções futuras (2013, 2014 e 2015). Concluímos que ambos os métodos e/ou critérios (pelo valor líquido de venda e valor líquido de uso) utilizados demonstraram que o valor líquido contábil está menor que o valor justo estimado, e por este motivo não é necessário qualquer lançamento contábil para redução dos valores contabilizados, e assim não foi necessário constituir provisões para recuperação de ativos imobilizado e intangível do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

	2012	2011
11. Contas a Pagar		
Profissionais autônomos a pagar	422	-
Conta corrente de entidades congêneres	472.976	7.680
Outras obrigações a pagar	43.495	-
	516.893	7.680

Outras Obrigações
Caução de aluguéis 33.519 31.474

12. **Provisão para Contingências:** A Entidade até 31 de dezembro de 2012 não responde por qualquer processo judicial de natureza trabalhista ou cível, razão pela qual não constitui provisão para contingências. A Entidade constituiu provisão relativa a um débito de IPTU do exercício de 2004 (imóvel da Rua Bambina nº 115), no valor atualizado de R\$ 4.113.553,61, referente à parcela da correspondente execução fiscal, cujas chances de perda são prováveis.

13. **Patrimônio Líquido:** 11.1 **Patrimônio social:** O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do período (superávit ou déficit) ocorrido. 11.2 **Ajustes de avaliação patrimonial:** São provenientes dos ajustes do custo atribuído oriundos das rubricas de prédios e edificações.

14. **Receitas de Aluguéis:** O montante de R\$ 3.393.393 (R\$ 3.084.993 em 2011) refere-se a receita de locação de casas, lojas, salas e salões comerciais nas Cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

	2012	2011
15. Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas		
Donativos de pessoas físicas	2.927.445	1.221.513
Donativos de pessoas jurídicas	165.392	133.950
Outras receitas	224.388	28.114
	3.317.225	1.383.576

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

	2012	2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) dos exercícios	1.430.737	(2.602.091)
Ajuste para reconciliar o superávit do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais	-	-
Depreciação e amortização	932.602	913.400
Resultado de equivalência patrimonial	(176.549)	964.916
Investimento (AFAC)	(1.200.000)	-
Baixa realização avaliação edificações por venda	14.667	-
Provisão para contingências	74.566	4.038.988
	1.076.024	3.315.213

(Aumento) redução nos ativos operacionais
Variação do caixa a receber 1.306.975 423.175
Variação de despesas antecipadas (3.068) (2.641)
Variação de depósitos judiciais 248.376
Variação de adiantamentos para futuro aumento capital 200.000 (300.000)
Variação de outros débitos (255.265) (79)
1.248.642 368.831

	2012	2011
FLUXO DE CAIXA LIQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.842.656	1.228.950
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições de imobilizado	(5.400)	(410.723)
Investimentos	(5.400)	(1.230.000)
CAIXA LIQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA. DISPONIBILIDADES	2.837.256	(411.772)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	2.822.571	3.234.343
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	5.659.827	2.822.571
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA.	2.837.256	(411.772)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

	2012	2011
RECEITAS		
Receitas patrimoniais (aluguéis)	3.393.393	3.084.993
Doações	3.092.837	1.383.576
Outras receitas	224.388	-
	6.710.618	4.468.569

INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (2.095.948) (2.558.123)
(2.095.948) (2.558.123)

VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE 4.614.670 1.910.446

VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA
Receitas financeiras 306.586 363.821
306.586 363.821

VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR 4.921.256 2.274.267

	2012	2011		
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal e encargos	213.945	4,35%	34.820	1,53%
Despesas tributárias	108.038	2,20%	4.118.570	181,09%
Despesas financeiras e locações de bens imóveis	35.634	0,72%	181.693	7,99%
Despesas assistenciais	3.132.902	63,66%	541.275	23,80%
Superávit (déficit) dos exercícios	1.430.737	29,07%	(2.602.091)	-114,41%
TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	4.921.256	100,00%	2.274.267	100,00%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	2012	2011
16. (-) Custo das Locações		
Deprec		